

Economia cresce e eleva arrecadação tributária

Só o ICM aumentou em 65% e GDF espera recolher mais de Cz\$ 180 milhões este mês

A arrecadação tributária do Distrito Federal tem crescido a níveis surpreendentes e até superiores aos do resto do País. De janeiro a setembro deste ano, o crescimento na arrecadação de ICM — que representa 55 por cento da receita própria do DF — foi de 65, por cento, comparada com igual período do ano anterior. Para o mês de outubro, o Governo espera um aumento recorde de recolhimento de ICM, com a arrecadação de mais de Cz\$ 180 milhões.

O secretário de Finanças, Marco Aurélio Martins de Araújo, atribui esse crescimento à dinamização das atividades econômicas do DF e ainda à fiscalização indireta da população através da exigência da nota fiscal. Para o próximo ano, a previsão do secretário é de que o comportamento da arrecadação deve se manter estável em função do Plano Cruzado, acompanhando o índice de crescimento da economia, estimado em 6 por cento ao ano.

Os números sobre a situação fiscal do Distrito Federal foram apresentados por Marco Aurélio Araújo durante debate sobre Tributação, realizado ontem no Simpósio Brasília: Conceção, Realidade, Destino. Marco Aurélio explicou que o DF gera 40 por cento do que gasta, mantendo ainda uma grande dependência do Governo Federal, com 0 por cento de sua receita sendo oriunda de transferências de recursos da União.

CRESCIMENTO

O crescimento na arrecadação não se verificou apenas no



Marco Aurélio Araújo

TCDF quer mais recursos

Mais de 80 por cento dos recursos orçamentários do Distrito Federal são aplicados em saúde, educação e segurança pública. A afirmação é do vice-presidente do Tribunal de Contas, Joel Ferreira da Silva, que ontem presidiu a Mesa durante o painel sobre Recursos Financeiros e Serviços Públicos.

Joel defende a determinação, por lei, do nível de contribuição federal no orçamento do Distrito Federal, que hoje é de cerca de dois terços. O vice-presidente do Tribunal de Contas acredita que a melhor solução para o equilíbrio das contas do DF é "não só a manutenção,

aumento de recolhimento do ICM. O IPTU, que nos anos anteriores correspondia a apenas 2 por cento da receita tributária, passou a representar 6 por cento, registrando-se também aumentos nos índices de arrecadação de ISS, IPVA e outros impostos menores.

Esse crescimento compensou a perda de receita com o ICM do trigo importado, que correspondia no ano passado a 30 por cento da arrecadação tributária, caindo este ano para apenas 12 por cento. O decréscimo, segundo o secretário de Finanças, foi decorrente da diminuição das importações brasileiras de trigo, que foram reduzidas de 4 milhões de toneladas no ano passado para apenas 1,5 milhão este ano.

Mesmo com essa perda de receita, Marco Aurélio considera que a arrecadação atingiu números excelentes, possibilitando a não ampliação da dependência do DF em relação aos recursos da União. Ele não vê, entretanto, possibilidade de crescimento muito maior da arrecadação, pois acredita, que dentro da atual situação tributária do País, está se chegando a um limite tanto em relação à incidência de impostos como a ampliação dos mecanismos de controles.

PACOTE

O secretário de Finanças negou que o Governo esteja preparando um pacote de medidas tributárias para depois das eleições, mas admitiu que a pretensão da Secretaria é montar postos fiscais, como forma de controlar melhor os impostos indiretos. Com o fechamento das fronteiras, segundo ele, seria mais fácil fiscalizar as mercadorias que entram no Estado através das notas fiscais.

Desde o início do ano, o Governo já vem pensando também em melhorar a tributação do IPTU, através de um imposto progressivo para os terrenos não edificados, e do nivelamento do imposto sobre imóveis residenciais com a alíquota de 1 por cento para os que estejam ou não ocupados pelo proprietário. A Secretaria quer ainda fazer um recadastramento de todos os imóveis existentes no DF para tornar a arrecadação do IPTU mais efetiva, aumentando gradativamente a tributação, que hoje não corresponde nem a 20 por cento de seu valor venal.

mas a ampliação das transferências federais", já que Brasília hospeda o Governo Federal.

Segundo ele, o Tribunal de Contas exerce controle rigoroso das contas do GDF, acompanhando todos os projetos "desde o edital de licitação". Joel afirmou que o Tribunal tem uma inspetoria - a 5ª, de Controle Externo dedicada quase que exclusivamente a acompanhar a receita do GDF, que comunica imediatamente ao Tribunal qualquer anomalia ou distorção observada na aplicação da verba pública.

Debate esvazia plenário

O debate sobre Tributação, realizado ontem pela manhã no Simpósio Brasília: Conceção, Realidade e Destino, não conseguiu atrair muito a atenção dos participantes, que foram lentamente esvaziando o auditório do Itamarati, enquanto outros aproveitavam para dar uma cochilada nas confortáveis poltronas. O conferencista do tema, Rubens de Oliveira Lima, do Tribunal de Contas da União, falou muito sobre teorias de economistas americanos e pouco em tributação. O presidente (licenciado) da Associação Comercial, Lindberg Aziz Cury, preocupou-se mais com seu desempenho frente às câmaras — que fazia uma gravação para o horário político de propaganda eleitoral — do que com a pequena platéia que o ouvia desinteressada.

Somente depois de muita insistência do presidente da mesa, que acabou se irritando várias vezes, o conferencista Rubens de Oliveira concordou em guardar seus slides e interromper sua palestra pela metade. O resto do tempo que ainda sobrava para o encerramento do de-

bate foi ocupado com o discurso de Lindberg, que defendeu a criação de um pólo de desenvolvimento industrial para o DF, cabendo ao secretário de Finanças, Marco Aurélio Araújo, poucos minutos para comentar a situação tributária do DF.

Marco Aurélio foi sucinto, mas anunciou boas novidades: o desempenho da arrecadação este ano está superando as expectativas, com o crescimento de 65 por cento do recolhimento do ICM de janeiro a setembro, em relação ao mesmo período do ano passado. A Secretaria de Finanças também conseguiu melhorar a tributação do IPTU, que passou a representar 6 por cento da receita tributária, contra apenas 2 por cento nos anos anteriores.

Com poucos participantes ainda na platéia, ele encerrou os debates levantando a necessidade de uma ampla reforma tributária, através da qual o Governo Federal passaria aos Estados e municípios a responsabilidade sobre a cobrança de determinados tributos a fim de que pudessem aumentar suas receitas.

Economista mostra saída

O Distrito Federal tem três alternativas para ampliar suas fontes de recursos: conseguir uma transferência ainda maior de verbas federais, aumentar seus impostos ou então arcar com um endividamento cada vez maior. Este quadro foi traçado ontem pelo economista José Hamilton Gomes Silva, do Ministério da Fazenda, o primeiro conferencista do painel Recursos Financeiros e Serviços Urbanos.

José Hamilton observou que a União já contribui, hoje, com enorme parcela do orçamento do DF: 60,9 por cento. Isto, segundo ele, representa mais de 10 vezes a média das transferências federais para as capitais brasileiras e a quase totalidade dos recursos federais repassados para o DF são aplicados em segurança pública, saúde e educação.

PRIVILEGIOS?

Como sede do Governo Federal e das embaixadas, Brasília necessita de atenção especial com a segurança — reconhece José Hamilton. Ele observa, po-

rém, que a transferência de recursos federais não pode crescer ilimitadamente, pois esbarra tanto em restrições financeiras da União quanto em considerações de Justiça fiscal.

A terceira alternativa é classificada por José Hamilton como "pouco atraente", por significar apenas a transferência para as gerações futuras do atual desequilíbrio orçamentário. Resta, então, a segunda alternativa. Esta questão, observa José Hamilton, deve ser precedida de longas discussões que partam da pergunta: o brasileiro paga pouco ou muito imposto? Segundo ele, a receita tributária per capita no DF é muito inferior à média nacional.

Cuidadoso, porém, Hamilton lembra que este indicativo não significa, necessariamente, que a população seja privilegiada por uma subtributação. Lembra que o baixo recolhimento de impostos também pode ser consequência das características da economia do DF, ainda incipiente.

EUGENIO NOVAIS



Freire lembrou que a CEF está construindo mais de 2 mil casas e aplicando Cz\$ 5 bilhões em habitação

Satélite deu alma à cidade

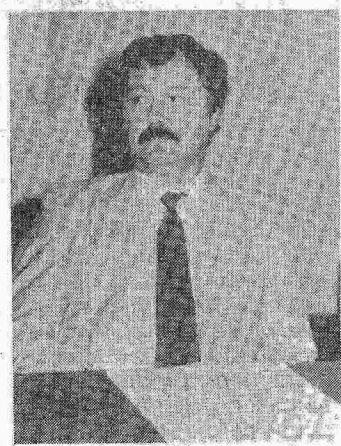
"A representação política para o DF foi conquistada pela luta, resistência e vontade das associações de moradores e entidades afins, criadas nas cidades-satélites, onde estão os verdadeiros brasilienses". A afirmação é do jornalista e professor da UnB Carlos Chagas, durante o simpósio. Chagas fez um relato da história política e social da cidade, quando disparou que "Brasília só sentiu que tinha alma com a morte de JK, em 1975, quando sentiu a união em torno de uma urna".

Esta urna sem voto, mas com o cadáver de JK, pôs a população candanga, segundo o professor. "A verdadeira Brasília foi criada de fora para dentro ou seja, as cidades-satélites. Para se ter uma ideia da indiferença com que a população tratava a política do DF, na década de 60, vide o que ocorreu aqui em 1964", disse Chagas, fazendo uma alusão à indiferença do brasiliense, que, nem por curiosidade, saiu às ruas para ver os tanques e metralhadoras cercando o Congresso Nacional.

Brasília era formada por arquivistas, que vinham para trabalhar, ganhar dinheiro e ir embora. Seus habitantes estavam mais preocupados com os outros estados, para onde iam os votos e eles. Não havia alma — insistiu Carlos Chagas. Ele acredita que, a partir da criação das associações de moradores, Brasília começou a tomar parte de todos os momentos cruciais da vida política nacional.

Destaca o exemplo do movimento pelas eleições diretas, em 1984, quando foi negado ao brasiliense o direito de se manifestar. "O povo quis fazer suas manifestações, mas os detentores do poder usaram artifícios esdrúxulos para impedir", lembra Chagas.

Agora fica uma interrogação no ar. Como o DF votará? Em quem? Creio que a força que está sendo dada aos candidatos que se dizem das cidades-satélites é justamente pelo fato de que a força da alma brasiliense está nas satélites e não no Plano Piloto.



Carlos Chagas

PROGRAMA DE HOJE

Das 8h30 às 12h30, painel sobre A Cidade e a Constituinte. Convidado especial: Paulo Brossard, ministro da Justiça. Presidente da mesa: Afonso Arinos, presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais. Outros convidados: Celso Furtado, ministro da Cultura; e Roberto Gusmão, ex-ministro da Indústria e do Comércio. Conferência sobre As Esferas de Governo e a Organização do Espaço, de Miguel Reale. Debatedores: deputado Pimenta da Veiga e Manoel André da Rocha. Conferência sobre A Questão Urbana na Constituição, de Joaquim Falcão. Debatedores: Roberto Requillo e Alair Café Alves.

A partir de 14h30: sessão solene de encerramento com pronunciamento do governador José Aparecido e do ministro do Desenvolvimento Urbano, Deni Schwartz.

Freire sugere reforma de base

— Estamos fazendo muito por Brasília. Mas sem a ilusão de que vamos resolver seus problemas. Isto só acontecerá quando forem realizadas amplas reformas de base no País. Aí, quem sabe, possamos dizer que a concepção e a realidade de Brasília não estarão mais tão dissociadas pelo dia a dia e sofrimento do povo. Com estas palavras, o presidente da Caixa Econômica Federal, Marcos Freire, encerrou sua participação no painel sobre Recursos Financeiros e Serviços Urbanos, quando comentou as enormes disparidades regionais brasileiras e enumerou todas as áreas de investimento da Caixa em Brasília.

Marcos Freire afirmou que só na sua administração, que ainda não completou dois anos, a CEF construiu ou está construindo 2 mil 910 unidades habitacionais, que representam

uma aplicação de Cz\$ 5 bilhões. O presidente da CEF frisou que, além disso, o órgão tem sido sensível às reivindicações do governador José Aparecido, liberando diversas projeções para a construção de blocos de apartamentos no Plano Piloto.

Mas os investimentos da Caixa em Brasília não se limitaram à área habitacional. Até agora, segundo Marcos Freire, a CEF já financiou 71 projetos na área de educação, que representaram a construção de 1 mil 171 salas de aulas de 1º e 2º graus, num custo total de Cz\$ 271 milhões.

A Caixa já financiou, também, a construção de 2 mil novos leitos hospitalares e 138 enfermarias, num investimento de Cz\$ 500 milhões. Marcos Freire lembrou que na véspera tinha sido assinado um convênio com o GDF que vai liberar

Cz\$ 45 milhões para a melhoria dos serviços de segurança pública do Distrito Federal, com a compra de viaturas e outros equipamentos.

O presidente da CEF observou que tudo isso foi feito "num contexto adverso, quando o Plano Cruzado, embora tenha atendido às aspirações do povo brasileiro, atropelou o sistema financeiro e a Caixa, de modo especial". Ele frisou também que, por mais que o Governador José Aparecido peça e a Caixa financie, os problemas de Brasília continuarão sérios, porque ela está inserida num País com "graves, gravíssimas distorções no desenvolvimento".

— Brasília só mudará como consequência da transformação da sociedade brasileira — previu Marcos Freire.

Cidade está cercada por pobreza

Brasília não está funcionando como pólo indutor de desenvolvimento mas ao contrário, transformou-se num verdadeiro oásis cercado por todos os lados de cidades pobres, com precárias condições de vida. Esta realidade frustra um dos dois principais objetivos de Juscelino quando decidiu transferir a capital para o Planalto Central: incentivar a interiorização do desenvolvimento do País.

A constatação foi feita ontem pelo secretário de Serviços Públicos, José Roberto Arruda, ao debater a conferência sobre Ampliação das Fontes de Recursos. Na opinião de Arruda, uma das questões básicas que deve ser respondida ao final deste simpósio é: Brasília deve continuar tendo como vocação principal sediar o Governo Federal ou transformar-se, também, em pólo de desenvolvimento?

Arruda ressalta que a transformação do Distrito Federal num pólo de desenvolvimento terá que levar em conta, necessariamente, o tamanho de seu território e a questão de sua industrialização. O secretário observa que a delimitação rígida



José Roberto Arruda

do território do DF, hoje, está impedindo que melhorias na área de serviços públicos sejam levadas a uma população residente em cidades situadas na região Geoeconômica mas que trabalha no Distrito Federal, barrando, assim, o desenvolvimento desta região.

Brasília, hoje, afirma Arruda, abriga uma população muito superior àquela necessária para fazer a máquina estatal funcionar, e a parcela excedente da população tem que ser empregada em alguma atividade produtiva. Caso contrário, ad-

verte o secretário, Brasília precisará cada vez mais da injeção de recursos federais para sobreviver.

Arruda lembrou que a recente criação de um pólo de biotecnologia e informática no Distrito Federal já representa um enorme avanço, como primeira medida prática no sentido de criar aqui uma indústria não poluente e geradora de emprego. A ampliação da infraestrutura urbana da cidade, tanto na área de transportes quanto de saneamento básico, também é defendida com veemência por Arruda.

Estou convencido de que temos que construir o transporte de massa, não como forma de induzir o aumento da população, mas para oferecer melhores condições de vida para a população das satélites — afirma. Arruda não aceita a tese de que a construção de grandes obras, como o metrô ou o Lago São Bartolomeu, vão fatalmente incentivar a migração. Na sua opinião isso não acontecerá porque a tecnologia moderna exige muito mais montagem que construção civil, e a mão-de-obra atualmente existente em Brasília teria perfeitas condições de suprir estas necessidades.

Ministros ignoram tema do dia

Os ministros Aureliano Chaves, das Minas e Energia, e José Reinaldo Tavares, dos Transportes, estiveram presentes ao Simpósio Brasília: Conceção, Realidade, Destino, ontem à tarde, quando expuseram os problemas enfrentados pelos respectivos Ministérios, planos futuros e a visão que possuem da realidade brasiliense. Nenhum deles fez alusão ao tema do 7º painel, A Cidade e a Representação Política, debatido pelos professores Carlos Chagas, da UnB, Ana Maria Brasileiro, cientista política, e o deputado federal Lúcio Alcântara (PFL-CE).

Aureliano Chaves, além de dar um relato completo do crescimento energético brasileiro, atestando a necessidade de se estudar e conhecer a rede pluviométrica do País, confirmou o mau planejamento de Brasília, já denunciado nas conferências anteriores. "Brasília, como Belo Horizonte e outras cidades previamente planejadas, possui um crescimento desordenado que, progressiva e geometricamente, tem em seu planejamento algo de ultrapassado. Todas as cidades estão com seus planejamentos ultrapassados, o que é um fenômeno inerente aos avanços das comunidades", afirmou o Ministro.

Para ele, o fato de a socieda-

de brasileira não ser economicamente estável, criando desvios nos serviços básicos prestados à população, como saúde, educação, segurança e habitação, forma uma trilogia "indissociável": para o cidadão comum: onde morar, onde trabalhar, como se locomover. "Isso é extremamente sério. E só andar pelas periferias das grandes cidades brasileiras para se constatar os problemas sociais criados ao longo destes últimos anos. Não é preciso recorrer a dados estatísticos", conclama Aureliano Chaves.

Ele admite que Brasília, como capital da República, precisa equacionar seus problemas, o que é tão complexo e difícil quanto mudar seu quadro e planejamento. "Sem a ação solidária da sociedade, não há governo que solucione os problemas. Lógico que o Governo tem uma responsabilidade superior mas, mesmo os bons governos fazem pouco ou muito pouco, quando a sociedade não contribui. Os maus não fazem nada e até atrapalham", criticou o Ministro. Acrescenta que "muita gente come o pato, mas pouca gente paga o pato", ao referir-se a um mau planejamento sócio-governamental.

EFICIÊNCIA

O ministro dos Transportes,

José Reinaldo Tavares, que já foi secretário de Viação e Obras do DF, revelou que seu grupo havia iniciado um estudo sobre a distribuição espacial de Brasília e o sentido de ocupação de seu solo. "Há ocupações extremamente negativas aqui. Isto dificulta o planejamento do sistema de transportes, que é um dos sérios problemas que a população enfrenta", disse Tavares. Acrescentou que os estudos iniciados em sua gestão, como secretário do GDF, já estão em fase final de projeto e deverão ser propostos pelo governador José Aparecido nos próximos meses.

— É fundamental um sistema de transportes de massa eficiente. Até para o desenvolvimento do potencial ocupacional da cidade. Tenho certeza que o GDF dará ao brasiliense, em breve, uma solução para um de seus maiores problemas, já que não é só essa a carência da cidade — afirmou o Ministro. Relata, ainda, a necessidade de se investir em linhas ferroviárias federais, uma de suas grandes preocupações. "O transporte ferroviário é básico para qualquer país. Iniciamos a normalização do contrato da RFFSA, através do contrato com o BNDES, para torná-la uma das maiores empresas brasileiras", completou Tavares.

Casa depende de decreto

O Governo do Distrito Federal baixará, brevemente, um decreto fixando as bases para a futura reabertura das inscrições para a aquisição da casa própria da Sociedade de Habitações de Interesse Social. A informação foi dada pelo chefe do Gabinete Civil, Guy de Almeida.

A Shis interrompeu o cadastramento em 1979, porque o Governo daquela época considerou que o incremento da política habitacional estimulava a migração para Brasília. Esse fato, no entanto, não impediu que a população do Distrito Federal continuasse crescendo a um ritmo de cerca de 8 por cento ao ano. Hoje estima-se que há uma carência de cerca de 100 mil moradias e a Shis calcula que 80 por cento dessa demanda provém da população da baixa renda.

De acordo com Guy de Almeida, o GDF está há meses estudando a reabertura do cadastramento. Ele ressalvou, no entanto, que, para que seja consolidada uma política habitacional realmente séria e responsável, o GDF necessita ter não apenas pleno conhecimento de qual é a demanda real existente, como também tomar todos os cuidados para impedir qualquer estímulo à migração para Brasília.

Para atender ao primeiro objetivo, disse Guy de Almeida, é fundamental que se faça um cadastramento rigoroso que impeça fraudes, como o atendimento, da mesma pessoa mais de uma vez. Com relação aos riscos do estímulo à migração, o GDF fixará um prazo mínimo de vida, em Brasília de cinco anos para aceitar inscrições no cadastro, e, ainda de acordo com o chefe do Gabinete Civil, o Governo será extremamente rigoroso na exigência da documentação a esse respeito.

Eleição direta humaniza cidade

A professora Ana Maria Brasileiro, consultora do Unicef, do Rio de Janeiro especialmente para expor a formação do quadro político do País, em sua palestra "As cidades e os partidos políticos", proferida no Simpósio "Brasília: Conceção, Realidade, Destino". Na sua opinião, Brasília foi concebida para ser sede de um poder que ficaria longe das passeatas, manifestações e aglomerações, sendo que o Governo cuidaria exclusivamente dos interesses nacionais, como uma obrigação.

— Isso, hoje, é diferente. Podemos ler Brasília com muita clareza. O Poder está bem demarcado e identificado. Aparte dele estão o núcleo do Plano e a periferia, que é fruto da estratificação nítida — afirmou Ana Maria. Ela acrescenta que a educação, habitação, urbanização e outros bens estão concentrados no Plano Piloto. "O pobre, em Brasília, além de tudo, não tem representação política, coisa que, parcialmente, ter, agora. Então, que tipo de barganha ele tinha, ou poderia ter, com seu Governo?", indagou a professora.

Para ela, uma primeira reivindicação a ser feita pelos candangos, caso tivessem representação política, é para melhorar seu sistema de transportes. "Brasília só terá suas reivindicações acatadas quando eleger seu governador, Câmara de Vereadores, além dos deputados e senadores. Senão, não terá como barganhar", acredita ela. Ana Maria relata a história dos partidos políticos, citando o fato de haverem sido instituídos há pouco tempo, no mundo ocidental.

Do ponto de vista histórico, 200 anos de vida político-partidária não representam muito. Já não era mais possível a representação direta e se fazia necessária a apresentação de plataformas políticas, que são as opiniões e negociações de interesse comunitário. Os partidos são o canal de agregação entre a população e o Governo — explicou. Segundo ela, com a redemocratização do País, a proliferação dos partidos foi fruto da efervescência da sociedade civil.

Esta é refletida na multiplicação e intensificação das associações de moradores, que se multiplicaram após 1979. "A Igreja foi uma das únicas instituições que ajudaram a manter a luta, durante o regime militar, com as Comunidades Eclesiais de Base", lembrou Ana Maria. Ela atesta que não havia estímulo às organizações profissionais, como sindicatos, nem para outras entidades afins. "Isso contribuiu para que a distância entre ricos e pobres aumentassem enormemente", garantiu.

BOOM

Para o deputado federal Lúcio Alcântara (PFL-CE), que também esteve presente aos debates no Simpósio, há uma dissociação entre Brasília e o País real. "A cidade atraiu um verdadeiro boom de trabalhadores para a construção civil, além da proximidade ao Governo Federal. Mesmo sem a representação política, estas famílias tiveram que se virar, com os elementos juntando para conseguir coisas objetivas, como a urbanização, o problema da falta de água e escolas", contou Alcântara.